



“Até a COVID-19 passou direto”: Resistência e Resiliência de Famílias Agroecológicas no Sertão Central do Ceará

“Even COVID-19 Passed Directly”: Resistance and Resilience of Agroecological Families in the Central Sertão of Ceará

SANTOS, Maria Neila Ferreira dos¹; OLIVEIRA, Denise e Silva²; ELL, Erica³;;
FERNANDES, Suyane de Lima Reis⁴, FERNANDES, Luis Eduardo Sobral⁵,
LIGÓRIO, José Ademir do Amaral⁶

¹Coordenação executiva CETRA, neila@cetra.org.br; ² Pesquisadora e Vice-Diretora da FIOCRUZ Brasília, denise.silva@fiocruz.br; ³ Pesquisadora FIOCRUZ Brasília, erica.ell@fiocruz.br;

⁴Coordenação executiva CETRA suyane@cetra.org.br; ⁵Coordenação executiva CETRA, luiseduardo@cetra.org.br; ⁶Técnico do CETRA, ademir@cetra.org.br

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Saúde e Agroecologia

Resumo: O presente documento é parte da dissertação de mestrado que teve como objetivo analisar as estratégias de resistência e resiliência de soberania e segurança alimentar e nutricional de famílias agricultoras que integram a Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as do Sertão Central do Ceará, no contexto da pandemia COVID-19. As representações sociais foram utilizadas como caminho metodológico, além da aplicação de questionários, entrevistas e oficina com grupo focal junto a agricultores/as que integram a Rede. Os resultados mostram que a agroecologia foi o caminho de resistência e resiliência adotado pelas famílias para a garantia da soberania alimentar e da saúde, tendo a produção de alimentos agroecológicos para o autoconsumo auxiliado na superação da fome e da insegurança alimentar. A participação protagonista das mulheres, a organização e o trabalho em Rede, possibilitaram às famílias agricultoras a formação de capacidades, intercâmbio de experiências e construção conjunta de estratégias de superação das adversidades enfrentadas.

Palavras-chave: agricultura sustentável, soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional, mulheres.

Introdução

A agricultura é considerada uma das primeiras atividades realizadas pela humanidade e de extrema importância para os seres humanos. É a partir do cultivo da terra e do manejo dos recursos naturais que os alimentos que necessitamos são produzidos e/ou extraídos. Ao longo dos tempos, dois tipos de agricultura têm se destacado: a agricultura camponesa e familiar e a agricultura comercial ou agronegócio. No Brasil, o aparato Estatal tem privilegiado a agricultura comercial e seus latifúndios, formados por grandes propriedades rurais de monocultivos, baseados em uma lógica de produção agrícola com poucos produtos, voltados especialmente para exportação, com alto investimento em máquinas pesadas e modernizadas para o manejo da terra, uso de agrotóxicos e outras técnicas



sintéticas, fazendo apropriação indevida dos bens comuns e gerando destruição dos recursos naturais. (WANDERLEY, 2014)

Por outro lado, agricultura camponesa e familiar tem ficado à margem de investimentos suficientes e adequados, sem o reconhecimento do Estado brasileiro. Diversos estudos constataam o importante papel da agricultura familiar na produção de alimentos. Ela é responsável por cerca de 70% da produção de alimentos destinada à mesa da população brasileira. (SILVA; REIS; COUTO, 2017)

No Brasil, o período de 2016 a 2022 foi de grandes desafios para a população brasileira com o desencadeamento de uma série de violações e retiradas de direitos já conquistados pela população brasileira. A pandemia da COVID-19 nos anos de 2020 a 2022 evidenciou ainda mais as mazelas e as fragilidades da classe trabalhadora. As áreas da saúde, da agricultura e o setor de alimentos foram muito afetados. Houve ampliação da pobreza, da miséria, da fome e insegurança alimentar e nutricional no país (BURIGO; PORTO, 2019; REDE PENSSAN, 2022).

Nesse contexto, o sistema alimentar mundial dominado por grandes corporações gerou ainda mais desigualdades, ficando evidente a necessária reconstrução dos sistemas alimentares de modo que sejam mais resilientes, descentralizados, sustentáveis, possibilitando condições para a vida no planeta com todos os seus seres (CAMPELO; BORTOLETTO, 2022; SILVA; NILSON; ELL, 2021).

Este estudo teve o intuito de analisar as estratégias de resistência e resiliência de soberania e segurança alimentar e nutricional de famílias agricultoras que integram a Rede de agricultores/as agroecológicos/as do Sertão Central do Ceará no contexto da pandemia COVID-19.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida junto a agricultores/as agroecológicos/as da Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as do Sertão Central cearense. A Rede tem o apoio e assessoria do Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador e à Trabalhadora - CETRA uma Organização da Sociedade Civil que atua com povos do campo . A Rede do Sertão central é formada por 52 famílias agricultoras que estão em processo de transição agroecológica e residem em dezenas de comunidades rurais, assentamentos de reforma agrária e em comunidades quilombolas de três municípios do Território: Quixadá, Quixeramobim e Pedra Branca. A pesquisa foi de natureza descritiva e analítica, e teve como fio condutor da investigação o caminho das Representações Sociais (JODELET, 1993, p. 1).

A participação das pessoas se deu a partir de uma amostra intencional não probabilística, dividida em duas partes: uma amostra contendo 16 famílias extraídas da população da Rede e que residem nos três municípios (Quixadá, Quixeramobim e Pedra Branca) e com esta seleção, aplicou-se o questionário socioeconômico, contendo 60 perguntas semiestruturadas, entrevistas em profundidades e aplicação



da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Foi realizado também um grupo focal com a participação de três mulheres que residem em duas comunidades rurais e compõem a Rede no município de Quixadá. A consolidação e análise de dados se deu por meio da Triangulação de Métodos com aplicação de questionários, entrevistas, narrativas do grupo focal e diário de campo.

Resultados e Discussão

O perfil das famílias que compõem a Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as do Sertão Central cearense é formado em sua maioria por mulheres (75%) e os 25% por homens, com idade entre 22 a 71 anos, com média de idade 46,1 anos prevalecendo a participação de adultos/jovens e que há 20,9% dos habitantes dos domicílios entrevistados um público menor de 18 anos e em 16,3% dos domicílios é formado por pessoas acima de 60 anos (idosos). No indicador de raça e cor dos/as entrevistados/as, a maioria das pessoas se autodeclararam de cor parda, correspondendo a 56% do público, outros 25% de cor preta e outros 19% de cor branca.

Quanto a escolaridade 44% das/os entrevistados/as possuíam ensino médio completo e 6% o fundamental completo. A outra metade das pessoas entrevistadas que não conseguiram fechar o ciclo estudantil de educação básica, onde 25% não concluíram o ensino médio e os outros 25% nem o ensino fundamental.

A participação feminina na Rede é muito significativa. São mulheres protagonistas que assumem a gestão dos seus agroecossistemas familiares e também estão nos espaços de governança no território. Elas ocupam cargos de gestão nas associações comunitárias, na coordenação local e regional da Rede de agricultores/as.

Os dados mostraram que 93,8% das famílias da Rede acessavam água para beber e cozinhar por meio tecnologias sociais de convivência com o Semiárido das cisternas de placas. 50% das famílias possuem tecnologias sociais de segunda água (para produção) como cisterna calçadão ou enxurrada e 31,3% das/os entrevistadas/os dispõem de reuso de águas. As demais famílias possuem aporte de água por meio de outras fontes como poços profundos, açudes, lagoas e adutora. A adoção de estratégias de convivência com o Semiárido e técnicas de cultivo agroecológico adotadas pelas famílias têm favorecido o acesso à água para produção de alimentos e para alimentação dos animais (MACHADO et al., 2017).

Com o apoio do CETRA, as famílias agricultoras da Rede que trabalhavam de modo convencional, foram realizando mudanças nos sistemas produtivos em suas propriedades rurais, valorizando modos tradicionais de diversificar cultivos, guarda e manutenção de suas próprias sementes.

A pesquisa constatou uma imensa variedade de frutas de diversas espécies (87,5%), cereais e leguminosas (75%), hortaliças e legumes (81,3%), bem como



criação de animais como: ovinos e caprinos (18,8%), suínos (37,5%), bovinos (31,3%), aves - galinha, peru, pato, codorna (68,8%) e apicultura (12,5%) foram encontradas nos quintais das famílias da Rede, além de plantas medicinais (68,8%) onde as mulheres relatam que fazem de infusões e chás para curar alguns problemas de saúde.

Os alimentos produzidos nos quintais agroecológicos são especialmente para o consumo familiar e o excedente é destinado a comercialização. Os dados mostraram que 37,4% das famílias destina mais da metade (cerca de 70%) da sua produção para consumo e 30% para venda. 18,8% das famílias entrevistadas reservam para consumo entre 40% a 50% da produção, sendo o restante (entre 50% a 60%) designado para a venda. Já 25% das/os entrevistados relataram que consomem 30% da produção e comercializam os 70% restantes. Há duas pessoas (12,5%) que destinam mais de 95% de tudo que é produzido para a venda, consumindo apenas 5% da produção.

Em relação a renda das famílias, esta é oriunda basicamente do que produzem. A maioria das famílias (38%) possuía renda monetária de até meio salário mínimo. As famílias que declararam ter renda entre meio a um salário mínimo representaram 31% do público. Já 6% declaram que sua renda foi de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Foi detectado que 38% das famílias da Rede tiveram redução em suas rendas no período pandêmico, 19% tiveram pessoas da família que perderam trabalhos e 25% fizeram corte nas despesas essenciais no período da pandemia COVID19.

As políticas públicas de transferência de renda beneficiaram 68,8% das/os entrevistadas/os e 56,3% informaram que tiveram acesso ao vale gás, evidenciando uma contribuição muito positiva, especialmente no período pandêmico, visto que muitas destas famílias tiveram perda de renda nesse período.

Identificou-se que 37,5% das famílias que compõem a Rede tiveram acesso pleno aos alimentos de que necessitavam, um resultado muito positivo e que está duas vezes maior do que os dados gerais do Estado do Ceará que infelizmente foi de apenas 18,2% da população cearense em SA (Segurança Alimentar). Ao comparar com os dados de SA da região nordeste (32,0%) e o dado nacional de SA para área rural (36,2%), conforme diagnosticado pela Rede PENSSAN no II VIGISAN, em ambos os casos a situação das famílias da Rede é ainda superior. (REDE PENSSAN, 2022). As demais famílias (62,5%) da Rede estavam no nível de Insegurança Alimentar, Leve, condição que é caracterizada pela ameaça e medo de faltar completamente a comida, pelo dinheiro ter acabado antes que pudesse comprar novos itens, e também pela qualidade da alimentação ter sido afetada em quantidade e diversidade. Não foi detectado na pesquisa nenhuma família em estado mais avançado de insegurança alimentar (estágio moderado e grave).



Figura 3 - Encontro de Formação com a Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as do Sertão Central em Quixeramobim Fonte: Acervo CETRA.

Figura 4 - Feira Agroecológica e Solidária no município de Pedra Branca.

A Rede é fundamentada nos princípios da Economia Solidária, que são exercidos cotidianamente por meio da solidariedade, da reciprocidade, da cooperação, da ajuda mútua. Durante a pandemia as ações de solidariedade foram mais acentuadas e foi central para minimizar os efeitos causados pela crise sanitária. No Sertão Central, agricultores/as agroecológicos/as da Rede, realizam feiras no município de Quixeramobim, Pedra Branca e em Fortaleza. A pesquisa confirmou, que praticamente todas as famílias (93,5%) relataram a imensa dificuldade em comercializar seus produtos em tempos de pandemia, tendo perda de produção e de renda.

Conclusões

Os resultados deste estudo mostram a importância da agricultura camponesa e familiar e da agroecologia para promoção da saúde e para soberania alimentar. São importantes nesse processo: a valorização dos saberes tradicionais, a observação e experimentação, as práticas agroecológicas, as trocas de experiências/intercâmbios, os processos de formação, a construção do conhecimento agroecológico, a organização social e comunitária, a articulação em Rede. É preciso avançar para tornar a Agroecologia um critério fundamental para a formulação de políticas públicas, incorporando os saberes e práticas tradicionais, e às demandas e especificidades dos territórios. É necessário vencer o patriarcado e a violência doméstica e fortalecer o papel das mulheres na produção de alimentos. É preciso avançar no controle do sistema alimentar dominante que acaba com nossos bens comuns (terra, água, florestas), com a nossa biodiversidade, promove fome, desigualdade social e favorece a Sindemia Global.

A superação da fome no mundo perpassa pela transformação dos sistemas agroalimentares, por investimento público em políticas públicas, acesso aos direitos constitucionais, mas também pelas lutas contra o racismo, a homofobia e todas as formas de opressão e violência.



Agradecimentos

A Rede de Agricultores/as Agroecológicos do Sertão Central do Ceará; ao CETRA e equipe do Sertão Central; à FIOCRUZ, à turma do mestrado, às Doutoradas Denise Oliveira e Silva e Erica Ell (orientadora e Coorientadora) e à minha família pela parceria e colaboração de vocês.

Referências bibliográficas

BEZERRA, T. A.; DE OLINDA, R. A.; PEDRAZA, D. F. Insegurança alimentar no Brasil segundo diferentes cenários sociodemográficos. **Ciencia e Saude Coletiva**, v. 22, n. 2, p. 637–652, 2017.

BURIGO, A. C.; PORTO, M. F. DE S. Trajetórias e aproximações entre a saúde coletiva e a agroecologia. **Saúde em Debate**, v. 43, n. spe8, p. 248–262, 2019.

CAMPELO, T.; BORTOLETTO, A. P. **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro**. Elefante ed. [s.l: s.n.].

JODELET, D. Representações sociais : um domínio em expansão . p. 1–21, 1993.

MACHADO, J. M. H. et al. Territórios saudáveis e sustentáveis: contribuição para saúde coletiva, desenvolvimento sustentável e governança territorial. v. 28, n. 2, p. 243–249, 2017.

MINAYO, M. C. DE S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: [s.n.].

REDE PENSSAN, R. B. DE P. EM S. E S. A. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil – II VIGISAN**. [s.l: s.n.]. v. 2

SANTIAGO, F.; JALFIM, F. O sistema Bioágua Familiar. **Capitalização de Experiências: Lições para o desenvolvimento em Moçambique e no Brasil**, v. 2, p. 22–27, 2017.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura Familiar e Teoria Social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. [s.l.] EMBRAPA Cerrado, 2008. p. 988–1013.

SILVA, D. O. E; NILSON, E.; ELL, E. As dimensões de sustentabilidade, resiliência e inclusão: aproximações necessárias para a compreensão dos sistemas alimentares globais contemporâneos. **Caderno CRIS/FIOCRUZ - Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, v. 10/2022, n. July, p. 44–46, 2021.

SILVA, E. M. DA; REIS, L. L. DE M.; COUTO, V. DE A. Agricultura familiar na Bahia: uma análise dos dados do Censo Agropecuário. **Rev. Econ**, p. 2020, 2017.

WANDERLEY, M. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX Encontro anual da ANPOCS**, n. GT 17, p. 18, 1996.

WANDERLEY, M. DE N. B. O campesinato brasileiro: Uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. suppl 1, p. 25–44, 2014.